

As reminiscências medievais portuguesas e as cavalhadas em Goiás: celebrações, permanências e ressignificações

Portuguese medieval reminiscences and the cavalhadas in Goiás: celebrations, permanence and resignifications

Las reminiscencias medievales portuguesas y las cavalhadas en Goiás: celebraciones, continuidades y resignificaciones

Maria Dailza da Conceição Fagundes

 <https://orcid.org/0000-0001-9974-041X>

Resumo: Esse artigo tem como proposta analisar as cavalhadas em Goiás a partir de reflexões sobre as ressignificações no Brasil de elementos culturais do Medievo português. Considerando este o fio condutor das discussões, as cavalhadas são estudadas na condição de celebração, categoria do patrimônio cultural imaterial, e também como exemplo de possibilidade de diálogo entre presente e passado no ensino e na pesquisa. Assim, a proposta centra-se numa dupla perspectiva de investigação: a concepção e o uso de residualidades medievais em abordagens contemporâneas; as cavalhadas como forma de celebração e exemplo de reminiscências medievais em terras goianas.

Palavras-chave: Cavalhadas; reminiscências; Medievo.

Abstract: The purpose of this article is to analyze the cavalhadas in Goiás based on reflections on the resignification in Brazil of cultural elements from the Portuguese Middle Ages. Considering this to be the main thrust of the discussions, the cavalhadas are studied as a form of celebration, a category of intangible cultural heritage, and also as an example of the possibility of dialog between the present and the past in teaching and research. Thus, the proposal focuses on a double perspective of investigation: the conception and use of medieval residualities in contemporary approaches; the cavalhadas as a form of celebration and an example of medieval reminiscences in Goiás.

Keywords: Cavalhadas; reminiscences; Medieval.

Resumen: Este artículo pretende analizar las cavalhadas en Goiás a partir de reflexiones sobre la resignificación en Brasil de elementos culturales de la Edad Media portuguesa. Considerando este el hilo conductor de las discusiones, las cavalhadas son estudiadas como una celebración, una categoría del patrimonio cultural inmaterial, y también como un ejemplo de la posibilidad de diálogo entre presente y pasado en la enseñanza y la investigación. Así, la propuesta se centra en una doble perspectiva de investigación: la concepción y el uso de las residualidades medievales en los enfoques contemporáneos; las cavalhadas como forma de celebración y ejemplo de reminiscencias medievales en Goiás.

Palabras clave: Cavalhadas; reminiscencias; Medieval.

INTRODUÇÃO

As cavalhadas correspondem ao teatro equestre em que é encenado o embate entre mouros e cristãos na Península Ibérica. Essa festividade, compreendida como espetáculo que envolve vários jogos, representa traços medievais no Brasil, além de ser uma referência cultural significativa nos locais em que é realizada. Assim, o propósito deste artigo é refletir sobre as cavalhadas em Goiás como uma manifestação cultural que representa a continuidade e a ressignificação de elementos culturais de Portugal na Idade Média introduzidos no Brasil durante o processo de colonização.

A Idade Média inspira diferentes tipos de produções seja na literatura, no teatro, no cinema e também no campo da pesquisa e do ensino de História. Na concepção de Christian Amalvi (2002, p. 537), a Idade Média compreendida como o “período de quase mil anos, que se estende da conquista da Gália por Clóvis até o fim da Guerra dos Cem Anos, é uma fabricação, uma construção, um mito, quer dizer, um conjunto de representações e de imagens em perpétuo movimento, amplamente difundida na sociedade, de geração em geração”. Assim, observa-se que esse período histórico não se esgota nessa temporalidade de mil anos. É continuamente reinterpretado a partir de novas reflexões e campos de estudo contemporâneos, como as reminiscências medievais e a medievalidade.

As reminiscências medievais referem-se aos vestígios do medieval presentes na contemporaneidade, por exemplo, em manifestações culturais como festas e costumes que demonstram relações entre a Idade Média portuguesa e o Brasil colonial. São elementos que preservam algo da realidade histórica da Europa medieval, mas não são plenamente medievais, pois passaram por alterações tendo sua existência apenas de forma residual. No campo do estudo no Brasil, verifica-se que os sinais mais visíveis da residualidade medieval dizem “respeito aos elementos da religiosidade e sensibilidades populares” (MACEDO, 2011, p. 17).

Cabe ressaltar que o termo residualidade¹ empregado por Roberto Pontes (2011), refere-se aos elementos ou resquícios do passado que resta ou remanesce de uma época para a outra, persistindo através da longa duração, refletindo, por exemplo, na literatura e na cultura. À guisa de exemplo, destaca-se o cordel nordestino

através da tradição ibérica e dos folhetos populares, nos quais encontramos não só recriações das lendas mitológicas, mas também das nacionais e regionais. Esse material é possibilitado pela tradição oral que guardamos em nossa literatura, sob a forma de sedimentos mentais, remanescências estéticas provindas dos jograis,

¹ A teoria de residualidade foi utilizada por Roberto Pontes em sua dissertação de mestrado intitulada “Literatura insubmissa afrobrasileira”, defendida em 1991.

trovadores, segréis, contadores e cantadores medievais ibéricos, aos quais devemos este legado residual que ajuda a compor o perfil próprio da nossa cultura (MARTINS; PONTES, 2011, p. 55).

Em relação ao termo “medievalidade”, diferentemente de reminiscências, a expressão refere-se às recriações da Idade Média, por exemplo, na literatura, no cinema, em jogos, na indústria musical, em que o Medievalo é somente uma referência, muitas vezes estereotipada e marcada por traços fantasiosos ou imprecisões. Partindo desse enfoque, observa-se elementos históricos imprecisos “presentes em manifestações lúdicas (festas, encontros, jogos de vídeo game ou de computador), obras de divulgação (músicas, histórias em quadrinhos, peças teatrais, filmes), nas atividades de recriação história de torneios, feiras, festas, cutelarias ou culinária medieval e na inspiração de temas (magos, feiticeiros, dragões, monstros, guerreiros, assaltos a fortalezas) produzidos pelos meios de comunicação em massa e pela indústria cultural” (MACEDO, 2009, p. 16).

Há, na paisagem urbana de algumas cidades brasileiras, elementos concebidos como exemplos de medievalidade, como as edificações construídas na atualidade evocando os tempos medievais, mas sem preocupação com a historicidade do período em que se inspiram. E, do mesmo modo, identificam-se presenças de aspectos residuais medievais em nosso cotidiano, como, por exemplo, em cidades coloniais, ao observamos as torres de uma catedral. Além disso, em Goiás, ressalta-se a presença de reminiscências da cultura medieval na contemporaneidade goiana em várias manifestações culturais: as Cavalhadas, a Festa do Divino, as Folias de Reis, as romarias etc.

Assim, considerando a definição desses dois campos de estudo, medievalidade e reminiscências, neste artigo, estruturado em duas partes, as discussões se inserem na análise de questões relacionadas ao segundo campo, compreendido como elementos do Medievalo português que mesmo com adaptações ou alterações permanecem em nossa sociedade. Nessa perspectiva, o estudo sobre as cavalhadas nos permite abordar essa celebração enquanto uma residualidade medieval cristalizada nas encenações dos embates entre mouros e cristãos. Dessa forma, aborda-se inicialmente as discussões sobre a concepção de reminiscência medieval e, em seguida, almeja-se o estudo sobre as cavalhadas em Goiás.

REFLEXÕES SOBRE AS REMINISCÊNCIAS MEDIEVAIS

O panorama de análise científica desta proposta de pesquisa está alocado sobre as abordagens contemporâneas das “residualidades medievais” ou reminiscências medievais, que na concepção de José Rivair Macedo referem-se

às formas de apropriação dos vestígios do que um dia pertenceu ao Medievalo, alterados e/ou transformados como passar do tempo. Nesta categoria encontram-se,

por exemplo, as festas, os costumes populares, as tradições orais de cunho folclórico que remontam aos séculos anteriores ao XV e que preservam algo ainda do momento em que foram criados, mesmo tendo sofrido acréscimos, adaptações, alterações. **Festas como a de Corpus Christi, as Folias de Reis e a Festa do Divino Espírito Santo, o Natal, e mesmo o Carnaval, foram um dia “medievais”, e persistem...**, mas não da mesma forma, nem desempenhando os mesmos papéis na Europa ou em outras partes do mundo para onde foram levadas (MACEDO, 2011, p. 13, Grifo nosso).

Nessa perspectiva, o termo “reminiscências medievais” é utilizado para designar elementos do passado medieval que interagem com o nosso presente. É também compreendido como residualidade, ou seja, refere-se aos vestígios residuais ou remanescentes de um período que subsiste em outro, presentes, por exemplo, em manifestações culturais como as festas de Corpus Christi, Festa do Divino Espírito Santo, Folias de Reis, Cavalhadas etc. Mesmo que o Brasil não tenha vivenciado a experiência histórica do medievo, nota-se que, partindo desse enfoque, “o estudo da Idade Média abre espaço para um amplo universo de acesso ao “outro”, que é passado. Passado este que pode estar presente [...] em uma série de aparições de práticas e costumes medievais que persistem no presente como reminiscências” (PEREIRA, 2017, 177).

A esse respeito, Hilário Franco Júnior (2008), ao abordar as raízes medievais do Brasil, elenca uma série de elementos compreendidos como heranças do Medievo e que estão presentes na formação do Brasil, tais como: idioma, literatura, música, tradição do carnaval, religiosidade, devoção aos santos etc. Dentre esses elementos que possuem origens na Idade Média, destaca-se também a festividade das cavalhadas.

Parte mais evidente ainda do legado medieval é outra manifestação festiva, a cavalhada. A despeito das variantes locais, pode-se descrevê-la como simulacro de batalha entre um grupo representando os cristãos e outro, os mouros. A encenação começa com os primeiros propondo aos segundos a conversão, cuja recusa dá início à luta feita de gestos beligerantes e palavras desafiadoras, com música e danças entremeadas, até que o confronto lúdico se encerra com a vitória dos cristãos [...]. Como toda lembrança, esta não era neutra, as velhas lutas entre mouros e cristãos serviam no contexto colonial de estímulo à submissão e conversão de índios e negros [...] (FRANCO JR, 2008, p.93).

Nesse sentido, a abordagem do Medievo a partir das reminiscências medievais no Brasil, como as cavalhadas em Goiás, permite no processo de ensino e aprendizagem uma aproximação pedagógica do conhecimento histórico em relação ao Medievo e aos elementos culturais do presente, valorizando as referências culturais locais.

A esse respeito, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao dispor sobre as áreas de conhecimento, especificamente no campo da História, indica possibilidades de abordar o ensino por uma perspectiva que estabelece conexões entre presente e passado. “As questões que nos levam a pensar a História como um saber necessário para a formação das crianças e jovens na escola são as originárias do tempo presente. O passado que deve impulsio-

nar a dinâmica do ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental é aquele que dialoga com o tempo atual” (BRASIL, 2017, p. 397).

A BNCC é um documento normativo obrigatório para a elaboração dos currículos escolares da Educação básica para as redes de ensino público e privado. É uma referência com propostas pedagógicas para o Ensino Infantil, Fundamental e Médio. Os documentos da BNCC acerca do Ensino Infantil e Fundamental foram homologados em 2017, e no caso da documentação referente ao Ensino Médio, após reformulação, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em dezembro de 2018.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2017, p. 07).

No processo de construção da primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a área de História, lançada no final de 2015, os autores da BNCC, como crítica a uma perspectiva eurocêntrica propunham a exclusão da Antiguidade e do Medievo dos currículos escolares. Ante o referido panorama, houve um intenso debate entre historiadores acerca da reformulação da proposta e, ao mesmo tempo, foram geradas discussões entre os medievalistas acerca da necessidade de uma renovação do ensino medieval. Questionar o eurocentrismo e a periodização da Idade Média ligada à Europa não pressupõe excluir outras temporalidades e espaços medievais.

Partindo da análise da historiografia mais recente e considerando as discussões suscitadas em torno das reformulações propostas pela BNCC, evidencia-se a necessidade de novas abordagens do Ensino acerca da História Medieval. A esse respeito, Aline Dias da Silveira (2019) afirma que “Descolonizar a História não significa deixar de contar as histórias do mundo, mas desconstruir seu paradigma hierárquico, centralista e colonizante, em outras palavras, significa descentralizar a narrativa histórica [...]” (SILVEIRA, 2019, p. 142).

Consoante essa premissa, em contraposição a uma matriz histórica eurocêntrica, ressalta-se a necessidade da adoção de uma perspectiva decolonial e que priorize a existência de múltiplos centros e sociedades plurais no período do Medievo. Assim, destaca-se dentre as tendências historiográficas acerca da Idade Média e do ensino de História Medieval, o estudo a partir da história global, perspectiva historiográfica que considera as mobilidades de pessoas, ideias, objetos etc. Por esse ponto de vista, valorizam-se as histórias conectadas e as integrações entre, por exemplo, os povos na África, na Ásia, na América e na Europa, rompendo, assim, com a noção de centro e periferia.

Além disso, é importante que no exercício do ofício, o professor, na escola e para além da sala de aula, considere “a experiência dos alunos e professores, tendo em vista a

realidade social e o universo da comunidade escolar, bem como seus referenciais históricos, sociais e culturais” (BRASIL, 2017, p. 401). Dessa forma, dentro da presente análise, as abordagens contemporâneas das reminiscências medievais são ressaltadas, pois o estudo de elementos presentes nas manifestações culturais brasileiras que são residualidades de outros períodos históricos permite considerar as conexões culturais com outros espaços, partindo da realidade local.

Todo conhecimento sobre o passado é também um conhecimento do presente elaborado por distintos sujeitos. O historiador indaga com vistas a identificar, analisar e compreender os significados de diferentes objetos, lugares, circunstâncias, temporalidades, movimentos de pessoas, coisas e saberes. As perguntas e as elaborações de hipóteses variadas fundam não apenas os marcos de memória, mas também as diversas formas narrativas, ambos expressão do tempo, do caráter social e da prática da produção do conhecimento histórico (BRASIL, 2017, p. 397).

Nessa seara de discussões, a análise pela ótica da contemporaneidade, permite o diálogo entre presente e passado, observando marcas e impressões do Medievo que se manifestam em épocas posteriores. A respeito dessa relação passado e presente, Jacques Le Goff afirma:

Também compreendi como o historiador de uma época só a compreende através de um vaivém com o presente. Vivi a Idade Média e meu presente, juntos. Como medievalista, pude viver mais intensamente meu presente. Porque, se toda época passada ainda vive no presente, acredito que a Idade Média particularmente viva e é fundamental na sociedade de hoje. E estou certo de que inspirará mais fortemente ainda seu futuro. Minha Idade Média se formou através de uma reflexão comum sobre o passado, o presente e o futuro (LE GOFF, 2008, p. 212).

No campo do ensino de História, abordagens alicerçadas nas reminiscências medievais, tornam-se uma importante ferramenta, pois possibilitam partir da realidade local e social vivenciada pelo aluno. Esse processo permite ao discente se identificar enquanto sujeito e produtor de conhecimento histórico. E ao transpor essa discussão para o estudo ligado à Idade Média, é importante considerar que “Embora nosso território não tenha participado de forma direta do Medievo, ou seja, temporalmente, o mesmo foi permeado, a partir do século XVI, por questões voltadas para este período histórico” (VIANNA, 2017, p. 24).

Considerando que “o historiador é fruto do seu tempo”, o estudo do passado ocorre tendo como ponto de partida o seu presente. A esse respeito, ressalta-se ainda que a motivação para as pesquisas sobre outros períodos históricos parte de “questões que nos afetam atualmente” (PINSKY; PINSKY, 2021, p. 14-15). No âmbito do ensino, é importante que o professor ao abordar o conteúdo, considere a experiência do aluno e elementos de seu ambiente de vivência como as residualidades medievais presentes em seu dia a dia. Assim, “ensinar História é fazer o aluno compreender e explicar, historicamente, a realidade em que vive” (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 50).

Assim, dentro da presente análise, destaca-se uma abordagem que advém das manifestações medievais “vivas” no presente, pois nosso cotidiano apresenta vínculo com o contexto da Idade Média. A esse respeito, José Rivair de Macedo indica três possibilidades de abordagens das reminiscências medievais:

a) o estudo das vicissitudes históricas de determinadas instituições sociais, econômicas e políticas; b) **o estudo do modo pelo qual elementos de origem medieval se fazem presentes em manifestações culturais de caráter popular – tanto na tradição oral quanto na literatura, em festas e rituais ou na iconografia religiosa**; c) o estudo dos motivos e condições pelas quais autores ou artistas representantes da cultura erudita brasileira incorporam em suas obras elementos que se poderiam considerar “medievais” (MACEDO, 2011, p. 178-179, Grifo nosso).

Nesse sentido, com base na descrição de Macedo, que sintetiza as principais perspectivas para o estudo das residualidades medievais, considera-se como eixo norteador das discussões propostas para o presente artigo, uma abordagem que articula presente e passado em torno das referências culturais que demonstram ligação com o medievo português. Assim, nosso foco da análise se centra no estudo das cavalhadas, compreendidas como exemplo de festividade de tradição portuguesa em terras goianas.

AS CAVALHADAS ENQUANTO REMINISCÊNCIAS MEDIEVAIS PORTUGUESAS EM GOIÁS

As cavalhadas, realizadas há mais de duzentos anos em Goiás, são encenações compreendidas como uma manifestação cultural luso-brasileira. É um teatro equestre a céu aberto que simula as batalhas campais medievais entre cristãos (representados pelas indumentárias nas cores azul e prateado) e mouros (com trajes adornados nas cores vermelho e dourado).

A dramatização tem início com a apresentação dos grupos e com a troca de embaixadas, na qual o emissário do rei cristão propõe aos mouros que aceitem o cristianismo e, mediante a negativa, declara-lhes guerra. A luta se desenvolve mediante a exibição de diferentes evoluções executadas pelos participantes com a subsequente tomada de um castelo. Os beligerantes vestem trajes adornados – os cristãos, com cores azuis, e os mouros, vermelho ou cor-de-rosa. Os animais também aparecem enfeitados, alguns com estrelas e outros com a Lua crescente. As armas são lanças, espadas de madeira, garruchas ou pistolas, tendo sido as últimas progressivamente abandonadas em alguns lugares. A evolução dos movimentos é permeada por insultos e desafios verbais, por música e bailados. Ao final, os mouros são invariavelmente vencidos, acabando por aceitar o batismo e a conversão (MACEDO, 2004, p. 130).

As cavalhadas, no Brasil, fazem alusão ao contexto pertencente ao cenário das lutas de Carlos Magno e dos doze Pares de França. Houve a propagação da “lenda do imperador Carlos Magno que, junto com seus cavaleiros francos, teria obtido vitórias significativas contra os sarracenos até a morte de Rolando e Olivério na batalha de Ron-

cesvales² [...]” (MACEDO, 2004, p. 134). Trata-se do enredo presente na Canção de Rolando, uma das mais conhecidas canções de gesta medieval, que se difundiu em várias cidades brasileiras durante o período colonial. Na obra é narrado um episódio de base histórica sobre as “expedições do exército carolíngio na Península Ibérica, onde o imperador [Carlos Magno] combate os reis sarracenos, em especial o de Saragoça, Marsílio. [...] A *Canção de Rolando* é inteiramente impregnada pelo espírito de cruzada” (LE GOFF, 2009, p. 260).

Nas dramatizações em solo brasileiro dos embates entre mouros e cristãos, predomina uma releitura desses elementos do universo mítico-literário carolíngio em que os cavaleiros são divididos em dois grupos, contando com doze guerreiros cada, assim como os doze Pares de França. Nesse sentido, compreende-se que as cavalhadas “consistem, assim, na representação das batalhas entre mouros e cristãos, que remontam às lutas travadas por Carlos Magno e os Doze Pares de França, contra os sarracenos, pela libertação da Península Ibérica” (DOSSIÊ IPHAN, 2017, p. 57). Cabe ressaltar, ainda, que as cavalhadas eram praticadas em Portugal desde o século XV:

Desfile a cavalo, corrida de cavaleiros, jogo de canas, jogo de argolinhas ou de manilha. [...] Em Portugal, desde velho tempo, a cavalhada era elemento ilustre das festas religiosas ou políticas e guerreiras. Mesmo nas vésperas de São João havia desfile de que fala um documento da Câmara de Coimbra, citado por Viterbo, aludindo, em 1464, ‘a cavalhada na véspera de São João com sino e bestas mueres. No Brasil aparecem desde o século XVII com as características portuguesas (CASCUDO, 1998, p. 259).

No Brasil, as cavalhadas foram implantadas em Pernambuco no século XVII e, posteriormente, as encenações espalharam-se pelo território, apresentando variantes de um lugar para outro, sendo representadas também na literatura: “Bernardo Guimarães, em *O Garimpeiro*; José de Alencar, em *As Minas de Prata*; Érico Veríssimo, em *O Tempo e o Vento*; Ariano Suassuna, em *A Pedra do Reino*; entre outros” (SANTOS, 2016, p. 4).

Ainda considerando o âmbito brasileiro, as cavalhadas, desde o início, eram concebidas como marcos importantes nas festas, reuniões sociais e em momentos solenes de comemorações de festejo real. Eram praticadas com muita pompa e compreendidas como espetáculos que demonstravam habilidade dos cavaleiros e, na concepção de Mônica Silva (2000), também eram imbuídas de teor religioso.

Encontramos registros, em vários autores, de que as festas de mouros e cristãos apenas principiaram a se popularizar no Brasil no século XVIII. [...] As cavalhadas popularizaram-se, sobretudo nas festas populares, em que se fundiam com a religiosidade popular católica, e a partir dessa relação trocaram símbolos que se tornaram elementos culturais locais. Entre todas as festas populares, nas quais houve

² Batalha travada em 778, em Roncesvalles, na fronteira entre a Península Ibérica e o reino franco, palco dos principais acontecimentos narrados posteriormente na obra *A Canção de Rolando*.

apresentação de Cavahada por vários anos como parte do incremento da programação, podemos dar destaque para as Festas do Divino Espírito Santo, em várias regiões do Brasil, inclusive Goiás. As Cavahadas eram praticadas, a princípio, por gente nobre e depois por gente rica, que a elas atribuiu o luxo e a riqueza. Constavam de desafios, embaixadas, construção de fortalezas posteriormente destruídas por incêndios, paliçadas, uso de armas de fogo (SILVA, 2000, p.58).

As cavahadas difundiram-se em várias regiões do Brasil³, durante o período colonial, articulando presente e passado, estabelecendo uma profunda rede de socialidade local e mantendo seu vínculo com a comunidade. Em relação às cavahadas em Goiás, há testemunhos deixados por viajantes como Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) que, nos relatos sobre sua passagem, em 1819, por Santa Luzia, atualmente Luziânia, apresenta informações sobre a realização das cavahadas:

Acabava de se realizar em Santa Luzia a festa de Pentecostes. Todos os fazendeiros das redondezas estavam reunidos no arraial, e no momento em que cheguei à praça pública ia ser realizada uma cavahada. [...] O vigário, João Teixeira Alvarez, recebeu-me calorosamente. Sua casa, situada na praça, estava cheia de gente à espera de que o espetáculo começasse. [...] A cavahada não tardou a começar. Havia sido traçado na praça, com pó branco, um grande quadrado, à volta do qual se enfileiravam os espectadores, de pé ou sentados em bancos. Os cavaleiros vestiam o uniforme da milícia. Traziam na cabeça um capacete de papelão e seus cavalos estavam enfeitados de fitas. Eles se limitaram a galopar pela praça em várias direções, enquanto outros cavaleiros, mascarados⁴ e fantasiados de mil maneiras diferentes, faziam momices e trejeitos semelhantes aos dos palhaços [...] (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 24).

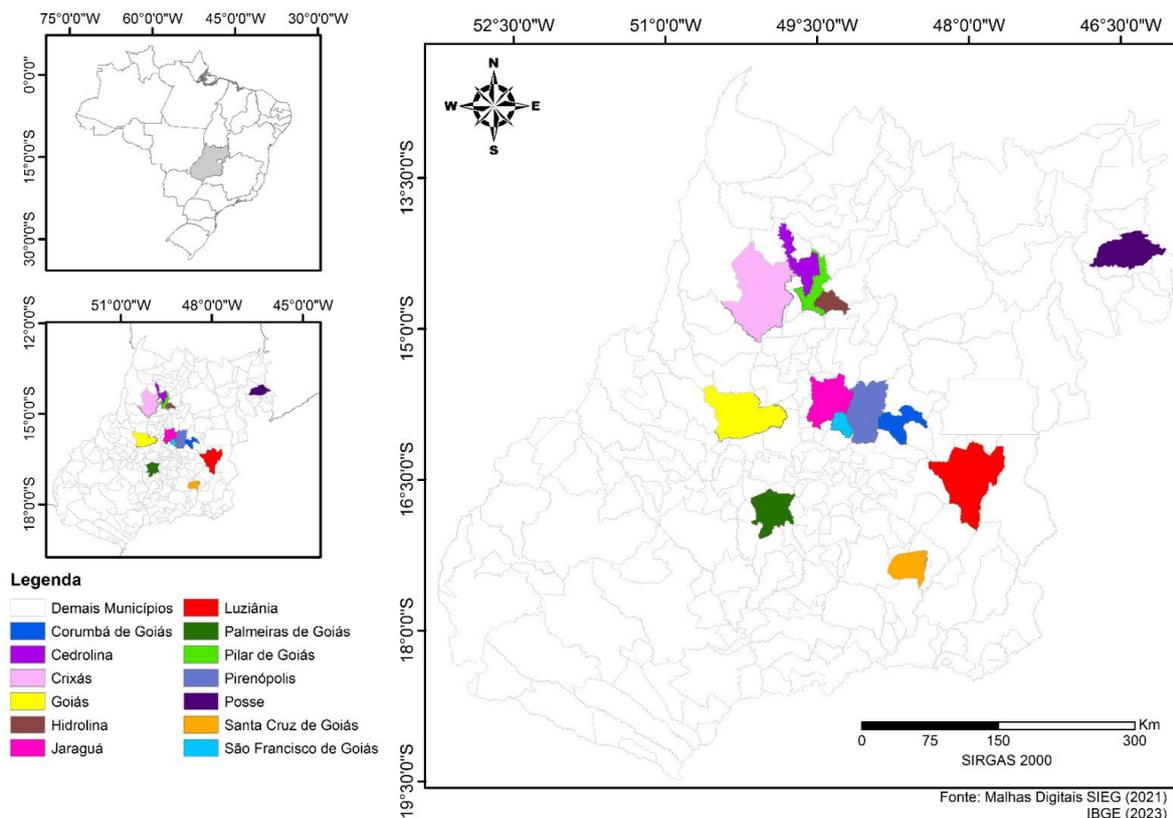
Em Goiás, o festejo anualmente acontece em onze cidades como Posse, Jaraguá, Santa Cruz de Goiás, Pirenópolis, Palmeiras de Goiás, Hidrolina, São Francisco de Goiás, Crixás, Cedrolina (distrito de Santa Terezinha de Goiás), Pilar de Goiás, Corumbá de Goiás. No ano de 2022, houve o retorno da festividade na cidade de Goiás, antiga capital do Estado, após mais de 70 anos sem acontecer. Em 2023, Luziânia, após um intervalo de dezessete anos, voltou a ter essa encenação dos embates entre mouros e cristãos.

O estudo dessa festividade que mobiliza a população e os turistas de outras localidades em torno de uma celebração possibilita a reflexão sobre a atualidade do legado cultural da Idade Média, abordando aspectos do passado medieval que continuam a interagir com o nosso presente. O mapa a seguir contém a localização dos treze municípios goianos em que acontecem anualmente a encenação das cavahadas:

³ Há registros dessa festividade em Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Tocantins, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e, sobretudo, nos Estados do Nordeste, como Alagoas, Paraíba etc.

⁴ Nas cavahadas, durante o intervalo dos jogos, o espetáculo é assumido pelos mascarados que sozinhos ou em grupos, a pé ou a cavalo, divertem o público com brincadeiras.

Imagem 1 – Cidades goianas em que são encenadas as cavalhadas.



Fonte: Elaborado por Laís Naiara Gonçalves dos Reis, 2023.

Essa celebração é importante para a história de cada cidade, pois engloba vários eventos coletivos que são produzidos e compartilhados pela comunidade local. Trata-se de celebrações locais importantes que têm sentido e significado para os moradores das cidades onde são realizadas. Assim, são concebidas como referências culturais, compreendidas como as festas “a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar” (IPHAN, 2000).

Em muitas dessas cidades goianas, as cavalhadas se inserem dentro da programação da Festa do Divino Espírito Santo, manifestação de devoção religiosa popular, outro exemplo de reminiscências medievais. Em Goiás, na cidade de Pirenópolis, antiga Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte, o primeiro registro dessa festa do Divino Espírito Santo data de 1819. “A celebração articula o passado ao presente, envolvendo permanentemente toda a cidade e determinando os padrões de sociabilidade local. A cidade faz a festa e a festa faz a cidade. Por meio dela, marca-se o tempo,

reproduzem-se estruturas sociais e configuram-se identidades coletivas e individuais” (DOSSIÊ IPHAN, 2017, p.13).

As cavalhadas na condição de celebração e também forma de expressão integram o patrimônio cultural imaterial que, na concepção de Sandra Pelegrini (2020), envolve práticas, expressões, representações, conhecimentos e saberes que as comunidades consideram como integrante de suas referências culturais. “Logo, alicerçam em si relações de sociabilidade, que envolvem práticas e domínios da vida social, expressos em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações [...]” (PELEGRINI, 2020, p. 72). O Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, instituiu o registro como instrumento de preservação do patrimônio cultural imaterial nos seguintes livros:

Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; **Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social**; Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, ciências e lúdicas; Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (BRASIL, 2000, Grifos nossos).

Em relação à Festa do Divino Espírito Santo, em Pirenópolis, houve o registro no Livro das Celebrações, volume primeiro, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan em 14 de maio de 2010: “Registro número dois. Bem cultural: Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, no Estado de Goiás. Descrição: É uma celebração de origem portuguesa, disseminada no período colonial pelo território brasileiro, com variações em torno de uma estrutura básica e dos símbolos principais do ritual - as folias, a coroação de um imperador e o império” (DOSSIÊ DO IPHAN, 2017, p. 155).

Nesta perspectiva, compreende-se que as celebrações são festividades que se referem aos momentos de sociabilidade da comunidade e que podem ter vários significados: “religioso, como as festas dos santos padroeiros das cidades ou as festividades de religiões de matriz africana, como candomblé, umbanda e jurema; podem ser de caráter cívico, como as comemorações das datas importantes da nação ou da cidade; ou relacionadas aos ciclos produtivos, como as festas “do milho”, “da uva”, “do peixe” [...]” (FLORÊNCIO *et al.*, 2016, p. 49).

Na cidade de Pirenópolis, outras celebrações compõem a Festa do Divino Espírito Santo. À guisa de exemplo, temos as cavalhadas que, segundo a tradição local, iniciaram-se em 1826, no entanto, apesar de a encenação ser frequente no período em outras localidades brasileiras, “foram pouco encenadas em Pirenópolis durante o século XIX e a primeira metade do século XX, segundo os registros disponíveis. A apresen-

tação sistemática das cavalhadas durante os festejos do Divino se iniciou a partir da década de 1960, coincidindo com o processo de patrimonialização da festa, impulsionado principalmente pela intervenção de órgãos estaduais de turismo, empenhados em construir uma identidade cultural regional” (DOSSIÊ IPHAN, 2017, p. 57).

Esse é um dos aspectos a ser ressaltado, pois a maioria das cavalhadas faz parte da Festa do Divino Espírito Santo cuja realização envolve missa e procissão, e é concluída com jogos de equitação, confraternização e fogos de artifício. Nesse contexto, as cavalhadas podem ser compreendidas como atividades lúdicas, em que nos jogos equestres, os cavaleiros cristãos e mouros demonstram as habilidades na equitação e no manejo de armas. “A competição constitui-se de provas em que os participantes devem atingir alvos previamente colocados em campo (bonecos, cabeças de papelão) e recolher pequenas argolas penduradas numa trave, tudo isso durante rápido galope. Interessa a nós enfocar com mais atenção a primeira parte do ritual, quer dizer, o combate dos cristãos contra os mouros” (MACEDO, 2004, p. 130). O seu estudo pode se dar pela análise das performances das cavalhadas em diferentes contextos: jogos, rituais, celebração religiosa e teatral etc.

Trata-se de um teatro equestre representando a luta entre cristãos e mouros em que cada grupo possui doze guerreiros: um rei, um embaixador e dez cavaleiros. Na simulação da batalha campal, os protagonistas são os cavaleiros que, com espadas, lanças e pistolas, tornam a festividade em um espetáculo. Um aspecto que chama a atenção do público é a riqueza na ornamentação das indumentárias:

As vestimentas usadas durante as encenações são minuciosamente preparadas por armeiros, costureiras, bordadeiras e floristas. Sobre a calça e a camisa, são colocados vários adereços, como cintos e peças de armadura, além da murça, capa ricamente bordada com símbolos cristãos (cálices, ostensórios, cruzes, divinos e coroas) ou mouros (brasões, águias, cartas de baralho, lua e dragão). Dependendo da patente, o cavaleiro usa elmo (capacete) ou chapéu. As cores predominantes são a vermelha e a dourada para os mouros e a azul e a prateada para os cristãos. Nos dias de encenação, mães, filhas e esposas ajudam a aprontar seus cavaleiros (DOSSIÊ IPHAN, 2017, p.62).

A preocupação com a ornamentação é estendida aos cuidados com os cavalos que recebem adornos especiais: “[...]o dorso do cavalo é coberto por uma manta bordada de veludo vermelha ou azul, dependendo do castelo a que pertence o cavaleiro. Nas patas dos cavalos, são usadas caneleiras enfeitadas com pedrarias, além de peitoral com guizos” (DOSSIÊ IPHAN, 2017, p.62).

Imagem 2 – Entrada do Cavaleiro Mouro no primeiro dia das Cavalhadas.



Fonte: Dossiê Iphan, 2017, p. 65.

Imagem 3 – Entrada do Cavaleiro Cristão no primeiro dia das Cavalhadas



Fonte: Dossiê Iphan, 2017, p. 65.

Em algumas localidades goianas como Pirenópolis, a encenação das cavalhadas pode ter até três dias de duração com o início no domingo de Pentecostes e se estendendo até a terça-feira. Nos dois primeiros dias da celebração, ocorrem a simulação das batalhas campais, a dramatização da luta entre mouros e cristãos, que sempre se encerra com a vitória dos cristãos e o batismo dos mouros. O terceiro dia é destinado aos jogos e às provas de

habilidade. Em outras localidades como em Posse-GO, são dois dias de encenações, começando com o teatro no sábado e a simulação de batalhas campais no domingo.

Assim, nas cavalhadas, a simulação da batalha campal é um elemento em comum. Além disso, ao final das encenações que simulam as batalhas, os mouros são vencidos pelos cristãos, batizados e se convertem ao cristianismo. No entanto, para além da diferenciação em relação ao quantitativo de dias de festividade, nas cidades goianas, observam-se ainda outras variações⁵ na realização dessa celebração de origem portuguesa, disseminada no período colonial pelo território brasileiro.

Em Posse, cidade localizada no nordeste goiano, por exemplo, na realização dessa festividade, iniciada em 1917, destaca-se a existência do embate entre os reis mouro e cristão em torno da figura da princesa⁶ cristã que durante a encenação faz uso da palavra e canta. No bairro central, a parte mais antiga da cidade, encontram-se as ruas de paralelepípedos, os casarões e os outros prédios como a Igreja do Divino Espírito Santo, edifícios que remontam ao início da construção da cidade em 1855. É nesse local que um castelo é construído na Praça ao lado da Igreja do Divino Espírito Santo e no primeiro dia da celebração das cavalhadas, no sábado à noite, após a missa, é realizada a encenação do teatro “Rapto da princesa no castelo cristão” pelo rei mouro.

O roteiro do drama “roubo da princesa” foi escrito pelo monsenhor Zezinho, padre José Sebastião da Costa (1932-2002). Durante a encenação, o general cristão Eneias chega até o castelo e solicita uma audiência com o rei Cristão que lhe pergunta o motivo de estar tão apressado e pede notícias do exército.

Oh meu caro rei, nesse momento peço licença para falar e dizer tudo que por mim foi presenciado [...]Na boa província do Jordão, vosso exército se acha acampado. E eu, como encarregado das fileiras, pelos turcos de Toledo fui ameaçado. Dirigindo me logo a romper para guarnecer as vossas fileiras. Quando traidor, na retaguarda, por assalto tomou-me, aquela cidade destróçada de gente que me seguia sem o menor vislumbre de piedade, apenas pondo asas em meus desejos, o que pude fazer? Escapar e dar vos parte, mas voando que correndo, escapei pela milagrosa arte, atravessei mar e vasto campo mais ligeiro que ninguém, inteiramente fadigado do grupo que aí vem, e o qual ficará perto desta praça. E por isso já, e já rei mais belo, tomarei providências a prevenir que não seja atacado vosso castelo (ROTEIRO DO DRAMA ROUBO DA PRINCESA, 2023).

Na análise da encenação do teatro que integra as cavalhadas em Posse, observa-se o predomínio da oralidade e dos gestos, elementos predominantes no Medieval. Na concepção de Macedo “Herdamos da Idade Média nosso gosto por ouvir boas histórias, boas narrativas, boas canções. Aquele foi o tempo da oralidade, da palavra transmitida de boca

⁵ Nas cavalhadas em Palmeiras de Goiás que acontecem desde 1908 identifica-se outro exemplo de variação, pois conta com a participação de uma menina da cidade interpretando Floripes, filha do rei mouro, que é raptada pelo rei cristão.

⁶ E a primeira princesa da Cavalhada de Posse em 1957 foi Dona Raimunda Barbosa de Andrade (Dona Mundinha).

em boca, dos costumes transmitidos e preservados de geração em geração [...] A vocalidade estava no uso da voz e dos gestos por parte dos jograis (recitadores de poesia, cantores, instrumentistas), dos artistas das cortes principescas e das ruas (atores de comédias, contadores de histórias)” (MACEDO, 2004, p. 121).

Essa manifestação cultural possui e reúne formas de expressão como as encenações e o teatro. Nesta perspectiva, as cavalhadas encontram-se no quadro de festividades compreendidas como patrimônio cultural imaterial, tanto na categoria de celebração como na de forma de expressão, pois envolve elementos da teatralização. Assim, engloba vivências, saberes e trajetórias que se cruzam no intuito da preservação dessa festa, realizada há mais de cem anos, e que é uma das referências culturais de Posse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, o que propusemos com esse artigo foi refletir acerca das reminiscências medievais portuguesas no Brasil, especificamente, no Estado de Goiás, partindo da análise das cavalhadas como exemplo de residualidades na contemporaneidade. Essa celebração normalmente é integrada à Festa do Divino Espírito Santo e envolve sociabilidades, aproximando as pessoas para quem ela tem sentido e significado.

Por fim, no caso das cavalhadas, objeto em análise, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) está realizando o processo de levantamento de documentação e informações sobre esse bem cultural para poder realizar o registro dessa festividade no Livro de celebrações. No processo de patrimonialização de um bem cultural, é importante a realização do inventário, considerando os sentidos e os significados que foram atribuídos pelas pessoas que estão associadas às cavalhadas, pois são elas que compreendem a dinâmica em torno do bem. Assim, o processo de documentação dos dados deve ser mediante uma construção coletiva, dialógica e democrática em que o poder público exerça o papel de mediador baseado na escuta e no diálogo.

REFERÊNCIAS

- AMALVI, Christian. Idade Média. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J. C. (Orgs.). **Dicionário Temático do ocidente Medieval**. Bauru, SP: EDUSC, 2002, p. 537 – 551.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 3.551**, de 04 de agosto de 2000. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2000/decreto-3551-4-agosto-2000-359378-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 de agosto de 2023.
- CASCUDO, Luis Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.
- FLORÊNCIO, Sônia Rampim et al. **Educação Patrimonial: inventários participativos**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Brasília-DF, 2016.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. Raízes medievais do Brasil. **Revista USP**, n. 78, 2008, p. 80-104.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **Dossiê IPHAN 17** [Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis – Goiás]. Brasília, DF: Iphan, 2017.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação**. Brasília, DF: Iphan, 2000.
- LE GOFF, Jacques. **Heróis e maravilhas na Idade Média**. Petrópolis, RJ: editora Vozes, 2009.
- LE GOFF, Jacques. **Uma longa Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MACEDO, José Rivair de. Sobre a Idade Média residual no Brasil. In: MACEDO, José R. de (Org.). **A Idade Média portuguesa e o Brasil: reminiscências, transformações e ressignificações**. Porto Alegre: Vindráguas, 2011, p.9-20.
- MACEDO, José Rivair. Mouros e cristãos: a ritualização da conquista no velho e no Novo Mundo. **MÉTIS: história & cultura** – v. 3, n. 6, p. 129-151, jul./dez. 2004.
- MACEDO, José Rivair de. Cinema e Idade Média: perspectivas de abordagem. In: MACEDO, J. R. de; MONGELLI, Lêia Márcia (Orgs.). **A Idade Média no cinema**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009, p. 13 – 48.
- PELEGRINI, Sandra. Patrimônio imaterial. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (Orgs.). **Dicionário temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020, p. 71-73.
- PEREIRA, Nilton Mullet. A invenção do medievo: narrativas sobre a Idade Média nos livros didáticos de História. In: **Livros didáticos de História: entre políticas e narrativas**. Helenice Rocha, Luis Reznik, Marcelo de Souza Magalhães (Orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 2017, p.169-184.
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. A História contra-ataca. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Orgs.). **Novos combates pela história: desafio ensino**. São Paulo: Editora Contexto, 2021, p. 9-21.
- MARTINS, Elizabet Dias; PONTES, Roberto. Três casos de metamorfose residual para além da alegoria popular em verso. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 7, n. 1, 2011, p. 52-64.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1975.
- SANTOS, A. Barbosa dos. Ressignificação das cavalhadas de argolinhas em Campina Grande-PB. **Minerva**, n.4, v. 2, 2016, p. 1 – 17.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.
- SILVA, Mônica Martins. **A Festa do Divino**. Romanização, Patrimônio & Tradição em Pirenópolis (1890-1988). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

SILVEIRA, Aline Dias da. Da expansão árabe à era dourada. In: SILVA, Paulo Duarte; NASCIMENTO, Renata C. de S. (Orgs.). **Ensaio de História Medieval**: temas que se renovam. Curitiba, PR: Editora CRV, 2019, p. 141 – 161.

VIANNA, Luciano José. Do presente para o passado: uma reflexão sobre o ensino de história medieval na contemporaneidade. **Revista TEL**, Irati, v. 8, n.2, p. 16-31, jul. /dez. 2017.

Recebido em dezembro/2023 | Aprovado em junho/2024

MINIBIOGRAFIA

Maria Dailza da Conceição Fagundes

Doutora em História, Universidade Federal de Goiás. Docente no Curso de História e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP) da Universidade Estadual de Goiás. É membro do grupo de pesquisa CNPq LUPA - Lugares e Patrimônios e do Núcleo Interdisciplinar Clássicos na Educação: Antiguidade e Medievalidade (NICE).

E-mail: maria.fagundes@ueg.br